



Relatório da Pesquisa Amostral – Mulheres no Município do Guarujá

1. Introdução

A ausência de dados específicos sobre a realidade das mulheres no município do Guarujá representa um desafio significativo para a formulação e execução de políticas públicas eficazes, interseccionais e comprometidas com a equidade de gênero. Diante desse cenário, foi desenvolvida uma pesquisa amostral com 1.003 mulheres residentes no município, com idades a partir de 18 anos, com o objetivo de identificar demandas prioritárias, mapear vulnerabilidades sociais e propor caminhos concretos para o fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres.

Esta iniciativa surge da necessidade de tornar visíveis as múltiplas faces das desigualdades enfrentadas pelas mulheres do Guarujá, abrangendo aspectos como acesso à saúde, trabalho, renda, mobilidade, violência e percepção de segurança. A pesquisa busca não apenas retratar estatisticamente a situação atual, mas oferecer uma base sólida para ações transformadoras, conectadas com os princípios dos direitos humanos e da justiça de gênero.

2. Metodologia

A coleta de dados foi realizada de forma híbrida — online, por meio de formulário Google Forms, e presencialmente em pontos estratégicos do município. O método amostral visou abranger a diversidade do território, incluindo bairros de diferentes perfis socioeconômicos. As 1.003 participantes foram convidadas a responder a um questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas, garantindo tanto a objetividade estatística quanto a coleta de percepções subjetivas e vivências.

A análise dos dados foi realizada por meio de leitura estatística das frequências absolutas e relativas, cruzamento de variáveis relevantes, e interpretação qualitativa das respostas abertas. Os gráficos utilizados foram organizados em blocos temáticos e acompanhados por análises interpretativas que buscam revelar padrões, lacunas e oportunidades de ação.

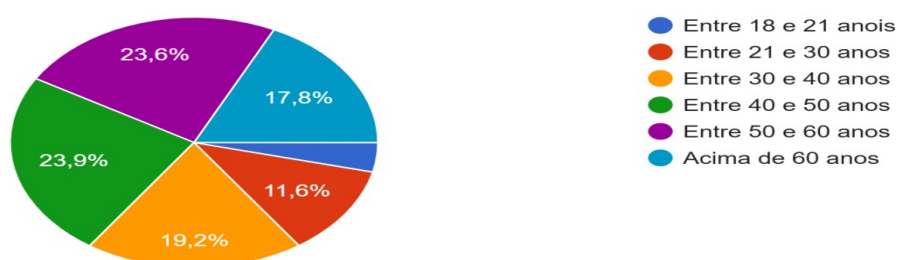
3. Perfil Sociodemográfico

A faixa etária mais representativa da amostra está entre 30 e 50 anos (43,1%), seguida pelas mulheres entre 50 e 60 anos (23,9%). Este dado revela que a pesquisa contemplou majoritariamente mulheres em idade economicamente ativa, o que é relevante para os temas de trabalho, renda e cuidado com filhos.

Em termos de escolaridade, 58,5% das entrevistadas completaram o ensino médio ou estão cursando o ensino superior. Notavelmente, 7,6% não completaram o ensino fundamental e 6,8% não completaram o ensino médio, o que evidencia a persistência de um recorte educacional desigual no município.

Apesar do bom nível de escolaridade entre as entrevistadas, a insegurança quanto aos próprios direitos e serviços públicos disponíveis indica uma falha estrutural na comunicação institucional e na formação cidadã — especialmente nos temas de saúde da mulher e enfrentamento à violência.

IDADE
1 003 respostas





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

Tel.: (13) 3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA GRUPO DE TRABALHO - PMPM GUARUJÁ

ESCOLARIDADE

1 003 respostas



3.1 Cobertura Territorial da Pesquisa

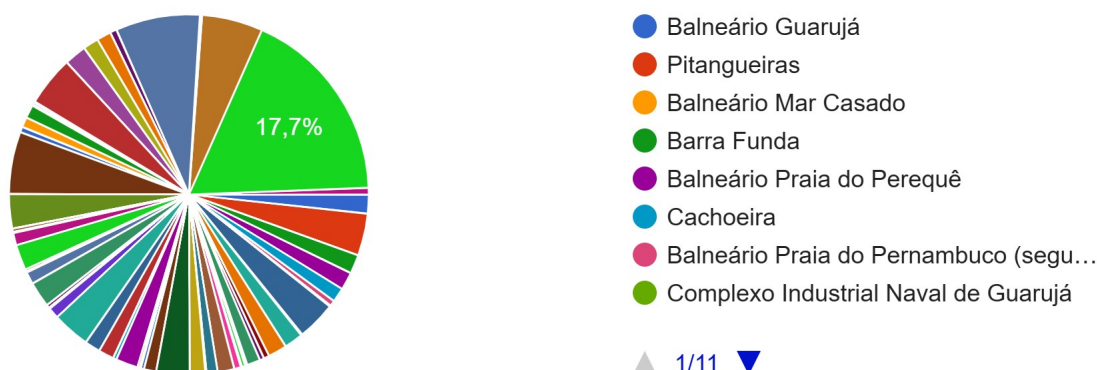
A pesquisa abrangeu uma diversidade de territórios dentro do município do Guarujá, contemplando bairros com distintas características sociais, econômicas e geográficas. Foram aplicados questionários tanto em regiões centrais quanto em áreas periféricas, com o objetivo de captar a pluralidade de experiências vividas pelas mulheres guarujaenses. Entre os bairros atingidos pela pesquisa, destacam-se:

- Balneário Guarujá
- Jardim Astúrias
- Balneário Mar Casado
- Vila Alice
- Cachoeira
- Balneário Praia do Pernambuco
- Complexo Industrial Naval de Guarujá
- Vila Júlia
- Santa Rosa
- Perequê
- Morrinhos
- Prainha Branca

A diversidade territorial da amostra possibilita uma leitura mais realista e abrangente das condições de vida das mulheres no município, respeitando suas especificidades e promovendo uma escuta qualificada que pode subsidiar ações políticas mais justas e eficazes.

BAIRRO

1 003 respostas



▲ 1/11 ▼



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

Tel.: (13) 3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

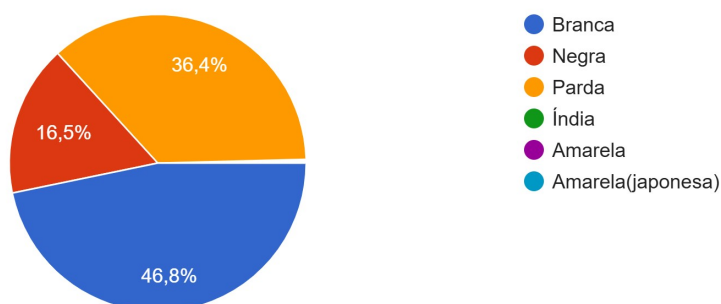
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA GRUPO DE TRABALHO - PMPM GUARUJÁ

3.2 Cor/Raça

52,9% das mulheres entrevistadas se autodeclararam negras ou pardas, o que revela a predominância de mulheres negras no território e destaca a urgência de políticas públicas com recorte racial. Historicamente, mulheres negras enfrentam maiores desigualdades sociais, econômicas e de acesso a direitos. Elas estão mais expostas à violência, ao desemprego, à informalidade e à falta de representatividade nos espaços de decisão. Valorizar e ouvir essas mulheres é um passo essencial para construir uma cidade mais justa, inclusiva e comprometida com a diversidade. Este dado reforça a importância de incluir o recorte racial na formulação das políticas públicas, promovendo equidade e combate ao racismo institucional.

COR/RAÇA

1.003 respostas



3.3 Composição Familiar – Quantidade de Filhos

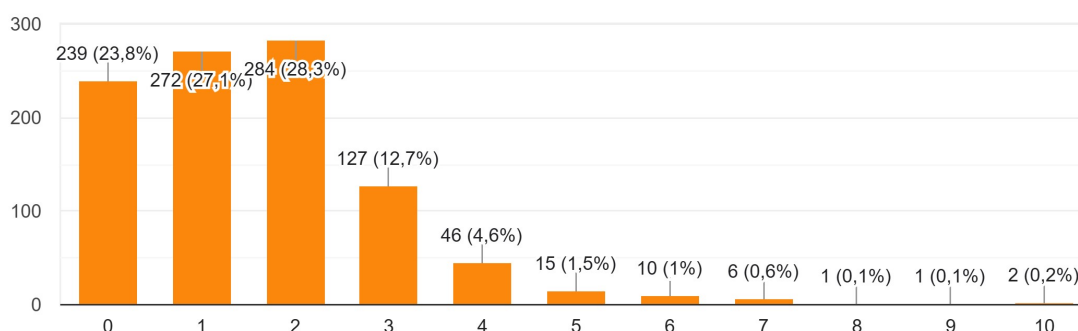
A análise da composição familiar revela um cenário diversificado entre as mulheres do Guarujá. Os dados da pesquisa apontam que 27,1% das entrevistadas possuem um filho, 28,3% têm dois filhos, enquanto 12,7% têm três. Juntas, essas três faixas somam 68,1% da amostra, evidenciando que a maioria das mulheres é mãe e cuida de pelo menos uma ou duas crianças ou adolescentes.

Além disso, 23,8% das entrevistadas declararam não ter filhos, o que demonstra também uma presença significativa de mulheres sem filhos na amostra, abrangendo desde jovens até mulheres que optaram por não exercer a maternidade. Já os casos com quatro ou mais filhos são menos expressivos, representando um pequeno percentual da amostra (aproximadamente 8%).

Essa diversidade na quantidade de filhos tem implicações importantes para a formulação de políticas públicas. Mulheres com maior número de filhos, por exemplo, podem enfrentar mais dificuldades em acessar o mercado de trabalho, completar sua formação educacional ou buscar atendimento de saúde, sobretudo quando a rede de apoio é limitada. Por outro lado, o dado também reforça a necessidade de ampliar políticas de cuidado, como creches públicas em tempo integral, apoio à maternidade solo e incentivo à paternidade responsável.

QUANTIDADE FILHOS

1.003 respostas





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

Tel.: (13) 3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA GRUPO DE TRABALHO - PMPM GUARUJÁ

4. Trabalho e Renda

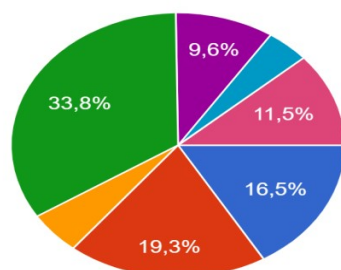
A análise da situação profissional das mulheres entrevistadas revela uma realidade de instabilidade laboral. Apenas 33,8% das mulheres estão desempregadas, o que demonstra uma vulnerabilidade econômica significativa. Somente 16,5% estão inseridas no mercado formal de trabalho (com carteira assinada). Outros 11,5% atuam de forma informal ou autônoma, e 9,6% se identificam como empreendedoras.

No que se refere à renda familiar, 16,8% das mulheres vivem com até um salário mínimo, enquanto 15% estão na faixa de 1 a 2 salários mínimos. Apenas 25,5% possuem renda superior a 6 salários mínimos, o que demonstra desigualdade acentuada na distribuição de renda. A precariedade nas relações de trabalho afeta diretamente o acesso a direitos sociais, à saúde, à moradia e à educação.

Esse cenário aponta para a importância de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva feminina, com incentivo ao empreendedorismo sustentável, capacitação profissional e formalização do trabalho autônomo.

TRABALHO/EMPREGO

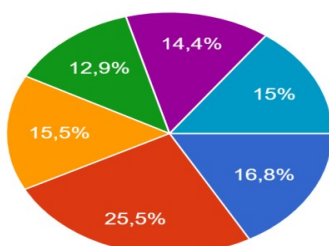
1 003 respostas



- Trabalho Formal (com carteira assinada, regido pela CLT)
- Trabalho Informal ou Autônomo
- Empreendedor/Empresário (com CNPJ registrado)
- Funcionário Público
- Desempregada
- Estudante
- Aposentada

RENDA FAMILIAR

1 003 respostas



- Abaixo de 1 salário mínimo (até R\$ 1.518,00)
- Entre 1 a 2 salários mínimos (entre R\$ 1.518,00 e R\$ 3.036,00)
- Entre 2 e 3 salários mínimos (entre R\$ 3.036,00 e R\$ 4.554,00)
- Entre 3 e 4 salários mínimos (entre R\$ 4.554,00 e R\$ 6.072,00)
- Entre 4 e 6 salários mínimos (entre R\$ 6.072,00 e R\$ 9.108,00)
- Acima de 6 salários mínimos (acima de R\$ 9.108,00)

5. Saúde da Mulher

Mais da metade das entrevistadas (55,1%) utilizam exclusivamente o SUS como forma de acesso à saúde, enquanto 43,7% afirmam ter convênio. No entanto, 38,9% relatam que não conseguem marcar consultas pelo SUS, demonstrando uma sobrecarga ou desorganização nos serviços. Apenas 15% afirmaram conseguir atendimento com facilidade.

Com relação a exames preventivos como Papanicolau, mamografia e ultrassonografia, 47,1% afirmam conseguir realizar os exames, ainda que demorem. Entretanto, 32,9% não conseguem agendar e 13,4% sequer têm o hábito de fazê-los. Esse dado é alarmante considerando a importância do rastreio precoce de doenças como o câncer de colo do útero e de mama.

No que diz respeito ao atendimento psicológico pelo SUS, 72% das mulheres relataram que houve demora ou não conseguiram atendimento, evidenciando a deficiência na atenção à saúde mental das mulheres.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

Tel.: (13) 3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA GRUPO DE TRABALHO - PMPM GUARUJÁ

ACESSO A SAÚDE

1 003 respostas



VOCÊ CONSEGUE REALIZAR EXAMES PREVENTIVOS REGULARMENTE (PAPANICOLAU, MAMOGRAFIA, ULTRASSONOGRAFIA)?

1.003 respostas



5.1 Facilidade de Acesso

55,1% Muitas participantes relataram dificuldades para conseguir atendimento pelo SUS, ou que demora muito tempo para conseguir uma consulta. Essa percepção aponta uma fragilidade na estrutura e na gestão da saúde pública, afetando diretamente o bem-estar e a prevenção de doenças nas mulheres.

VOCÊ TEM FACILIDADE PARA MARCAR CONSULTAS NO SUS EM GUARUJÁ?

1 003 respostas



Observou-se também que 60,5% possuem dificuldade em realizar exames preventivos regularmente, enfrentando o problema da demora para conseguir marcar ou até mesmo não conseguindo atendimento.

5.2 Acesso ao Atendimento Psicológico pelo SUS

A saúde mental das mulheres é um dos aspectos mais sensíveis e, ao mesmo tempo, mais negligenciados nas políticas públicas. Na pesquisa realizada, uma parcela significativa das entrevistadas relatou já ter precisado de atendimento psicológico por meio do SUS. No entanto, a experiência com o serviço revela um cenário preocupante:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

Tel.: (13) 3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

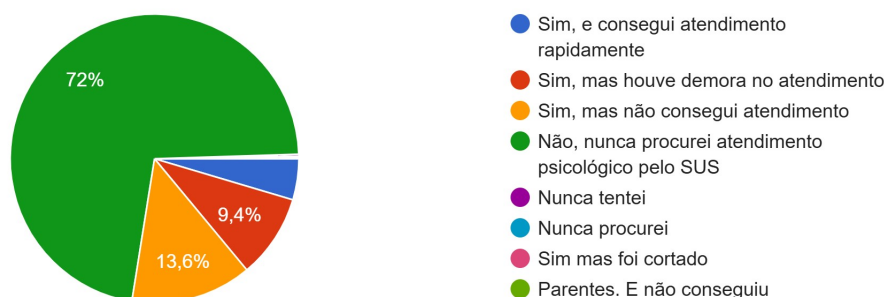
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA GRUPO DE TRABALHO - PMPM GUARUJÁ

apenas 9,4% das mulheres conseguiram atendimento de forma rápida, enquanto 72% afirmaram ter enfrentado demora para serem atendidas. Além disso, 13,6% não conseguiram acesso mesmo após a tentativa, o que indica falhas severas na estrutura de acolhimento psicológico da rede pública municipal.

Esses dados evidenciam um déficit grave na oferta de serviços de saúde mental, especialmente considerando que as mulheres são mais expostas a situações de vulnerabilidade emocional, sobrecarga de trabalho e experiências de violência. A dificuldade de acesso ao cuidado psicológico pode agravar quadros de depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, entre outros transtornos comuns em contextos de desigualdade e violência de gênero.

VOCÊ JÁ PRECISOU DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO PELO SUS? SE SIM, CONSEGUIU ACESSO?

1.003 respostas



5.3 Conhecimento sobre os Serviços de Saúde para Mulheres

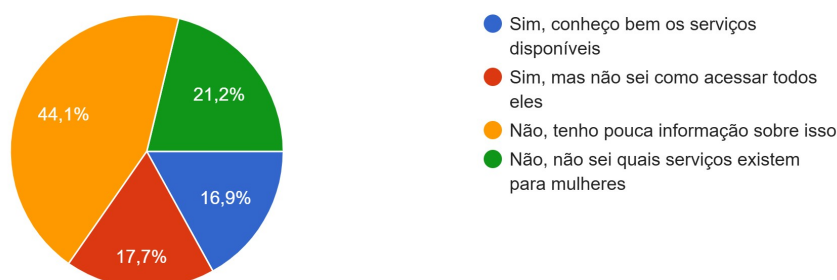
Um dos aspectos mais relevantes identificados na pesquisa diz respeito ao baixo nível de conhecimento das mulheres sobre os serviços públicos de saúde voltados especificamente para elas. De acordo com os dados, 44,1% das entrevistadas afirmaram ter pouca informação sobre os serviços disponíveis no município, enquanto 17,7% disseram não saber da existência de nenhum tipo de serviço direcionado ao público feminino. Apenas 16,9% declararam conhecer bem esses serviços, e 21,2% afirmaram conhecer, mas sem saber como acessá-los.

Esses números são indicativos claros de uma falha na comunicação institucional e na difusão de informações por parte do poder público. Mesmo em um município que conta com estruturas básicas de saúde, a ausência de campanhas informativas, sinalização adequada nos equipamentos públicos e ações educativas nas comunidades contribui para que grande parte das mulheres permaneça alheia aos seus direitos e aos recursos que podem e devem ser acessados.

Essa invisibilidade dos serviços de saúde voltados para mulheres compromete diretamente o exercício da cidadania e o direito à saúde plena. Quando a informação não chega, o acesso se torna restrito e excludente — afetando, sobretudo, as mulheres em maior vulnerabilidade social, com baixa escolaridade ou sem acesso contínuo à internet.

VOCÊ TEM CONHECIMENTO SOBRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE VOLTADOS PARA MULHERES DISPONÍVEIS NO MUNICÍPIO?

1.003 respostas





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

Tel.: (13) 3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA GRUPO DE TRABALHO - PMPM GUARUJÁ

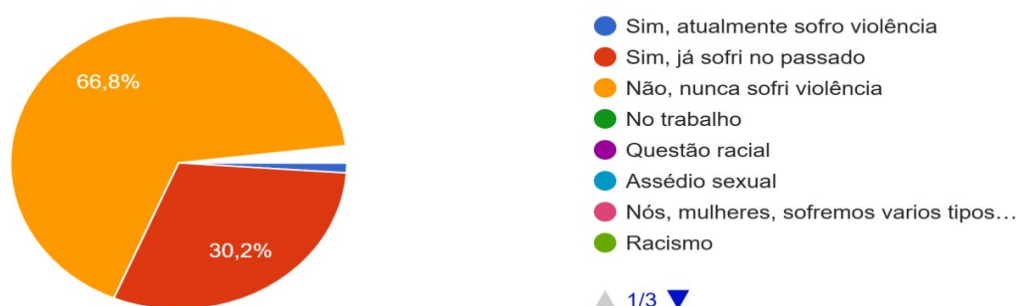
6. Violência de Gênero e Segurança

A violência de gênero é um dos dados mais sensíveis da pesquisa: 30,2% das mulheres afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência e 66,8% relataram nunca ter sofrido. Entre os tipos mais comuns, destacam-se a violência psicológica (25,4%), moral (11,5%) e física (14,5%).

Entre as que sofreram violência, apenas uma pequena parcela buscou ajuda de forma efetiva. 70,4% não buscaram ajuda por medo, falta de informação ou descrença no sistema. Isso mostra a necessidade urgente de ampliar os canais de acolhimento, proteger a mulher e garantir o acesso à justiça.

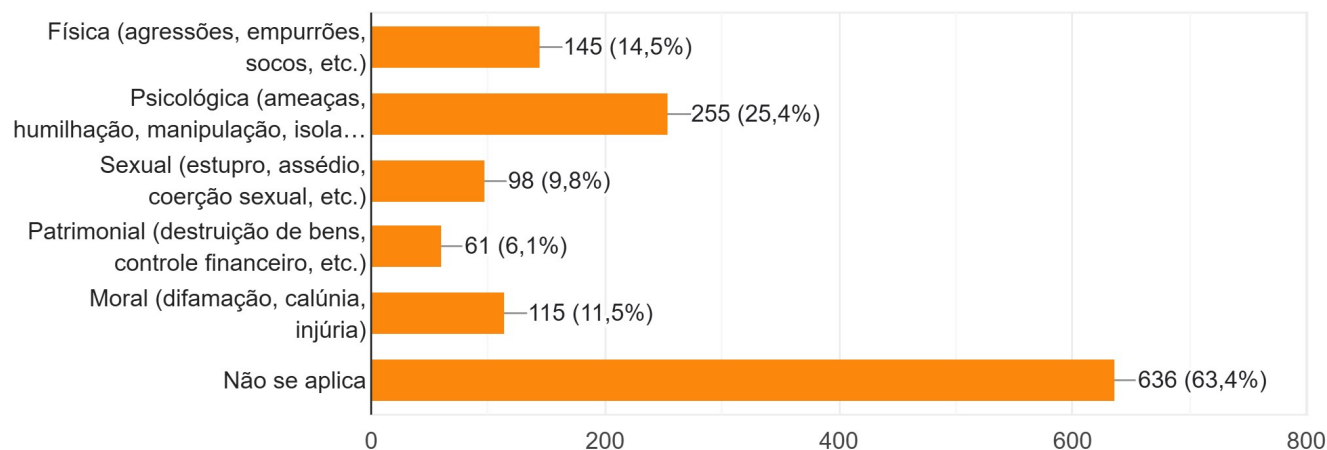
VOCÊ JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E OU DOMÉSTICA?

1 003 respostas



SE VOCÊ JÁ SOFREU VIOLÊNCIA, QUAL FOI O TIPO?

1 003 respostas



6.1 Percepção de Segurança no Bairro

A pesquisa revelou que 70,6% das mulheres entrevistadas evitam sair sozinhas à noite ou relataram já ter sido abordadas ou ameaçadas nas ruas. Esse dado é extremamente preocupante, pois evidencia o medo constante que limita a liberdade de ir e vir das mulheres, interferindo diretamente em sua qualidade de vida, no acesso à educação, ao lazer, ao trabalho e na participação social plena.

Quando o espaço público deixa de ser seguro para as mulheres, a cidade falha em garantir um direito fundamental: o direito de existir com liberdade e dignidade. O alto índice de insegurança percebida mostra que a violência de



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

Tel.: (13) 3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA GRUPO DE TRABALHO - PMPM GUARUJÁ

gênero ultrapassa os muros das casas e se manifesta também nas ruas, alimentando uma cultura de medo e silenciamento.

VOCÊ SE SENTE SEGURA ANDANDO SOZINHA À NOITE EM SEU BAIRRO?

1 003 respostas



6.2 Conhecimento da Lei Maria da Penha

Embora muitas mulheres afirmem conhecer a Lei Maria da Penha, apenas 42,4% relatam que sabem bem a lei e seus mecanismos. Esse dado demonstra a necessidade de campanhas educativas contínuas e acessíveis, especialmente nos bairros mais vulneráveis, escolas, igrejas e unidades de saúde.

VOCÊ CONHECE A LEI MARIA DA PENHA E OS DIREITOS QUE ELA GARANTE ÀS MULHERES?

1 003 respostas



6.3 Percepção Comunitária da Violência: Conhecimento de Casos de Violência ou Femicídio

A violência contra a mulher, mesmo quando não vivenciada diretamente, está presente de forma marcante no cotidiano das mulheres do Guarujá. De acordo com os dados da pesquisa, 64,6% das entrevistadas afirmaram conhecer ao menos uma mulher que já sofreu violência ou foi vítima de feminicídio. Dentre essas, 16% conhecem casos envolvendo pessoas próximas, como familiares, amigas ou vizinhas; 23% relataram conhecer casos ocorridos na comunidade em que vivem; e 25,6% afirmaram ter tomado conhecimento de casos por meio de notícias ou redes sociais.

Apenas 35,4% das mulheres disseram não conhecer nenhum caso — o que reforça a dimensão coletiva do problema da violência de gênero. Mesmo quando não é diretamente vivida, a violência contra a mulher aparece como uma realidade presente no território e nas relações sociais, afetando emocionalmente a coletividade feminina e produzindo sentimentos de medo, impotência e insegurança.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

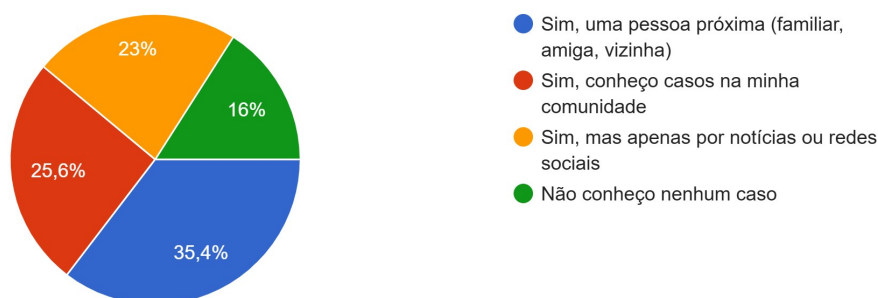
Tel.: (13) 3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA GRUPO DE TRABALHO - PMPM GUARUJÁ

Esse dado evidencia que o feminicídio e outras formas de agressão não são situações isoladas ou excepcionais, mas sim parte de uma estrutura social que ainda naturaliza ou silencia as violências sofridas pelas mulheres. Também aponta para a importância de estratégias de educação em direitos, vigilância ativa nas comunidades e fortalecimento das redes de apoio, que possam atuar não só na proteção da vítima, mas também na mobilização do entorno social como rede de cuidado e denúncia.

VOCÊ CONHECE ALGUMA MULHER QUE JÁ SOFREU VIOLÊNCIA OU FOI VÍTIMA DE FEMINICÍDIO?

1.003 respostas



6.4 Busca por Ajuda após Situações de Violência

Entre as mulheres que relataram ter sofrido algum tipo de violência, a maioria não buscou ajuda institucional ou apoio formal. Os dados revelam que apenas 8% das vítimas fizeram denúncia e receberam o suporte necessário, enquanto outras 8,8% procuraram ajuda, mas não obtiveram acolhimento ou atendimento eficaz. Em contrapartida, um número alarmante — 70,4% — declarou que não buscou nenhum tipo de apoio, seja por medo de represálias, falta de informação, descrença no sistema ou por não saber a quem recorrer.

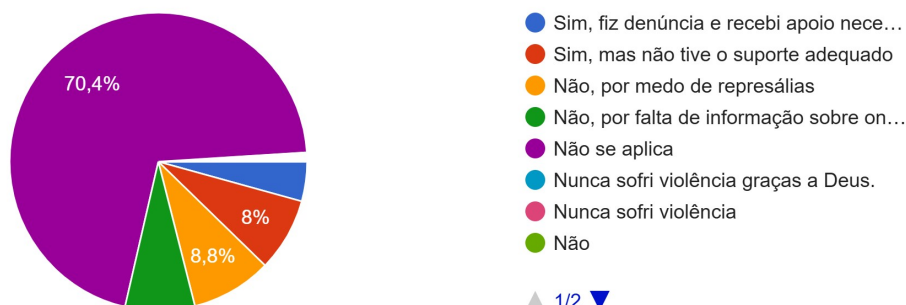
Esses dados escancaram um dos maiores entraves no enfrentamento à violência contra a mulher: o silêncio forçado que muitas vezes acompanha a dor. Esse silêncio não é fruto da omissão, mas sim da insegurança institucional, da ausência de redes efetivas de proteção e da perpetuação de uma cultura que responsabiliza a vítima ou minimiza sua experiência.

A falta de procura por ajuda também evidencia o quanto é urgente fortalecer os canais de denúncia, garantir que as delegacias e serviços especializados sejam espaços de escuta acolhedora e atuação ágil, e investir em ações de informação e educação sobre os direitos das mulheres. É essencial que as vítimas saibam, com clareza, que não estão sozinhas e que podem contar com uma rede protetiva sólida e eficaz.

O combate à violência de gênero exige mais do que estruturas físicas — exige confiança, empatia e compromisso do poder público com a vida e a dignidade das mulheres.

SE JÁ SOFREU VIOLÊNCIA, VOCÊ BUSCOU AJUDA?

1.003 respostas



▲ 1/2 ▼



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

Tel.: (13) 3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

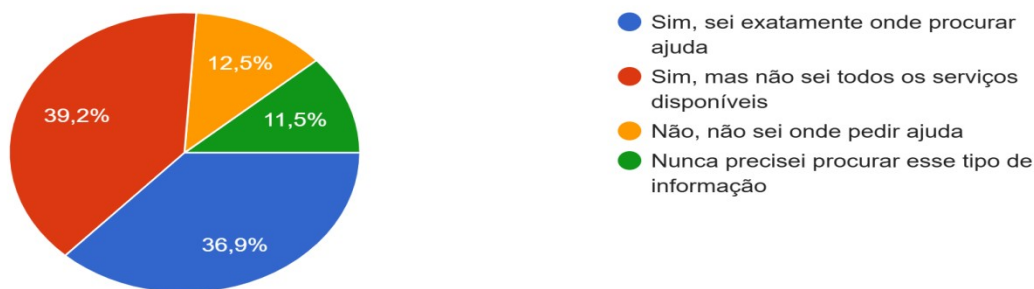
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA GRUPO DE TRABALHO - PMPM GUARUJÁ

6.5 Rede de Apoio e Serviços

Muitas mulheres relataram não saber onde procurar ajuda em casos de violência. Isso mostra a falta de visibilidade e articulação dos serviços de atendimento à mulher, como a Delegacia da Mulher, CRAS, CREAS e o próprio sistema de saúde.

VOCÊ SABE ONDE BUSCAR AJUDA EM CASO DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER?

1 003 respostas



7. Assédio em Espaços Públicos

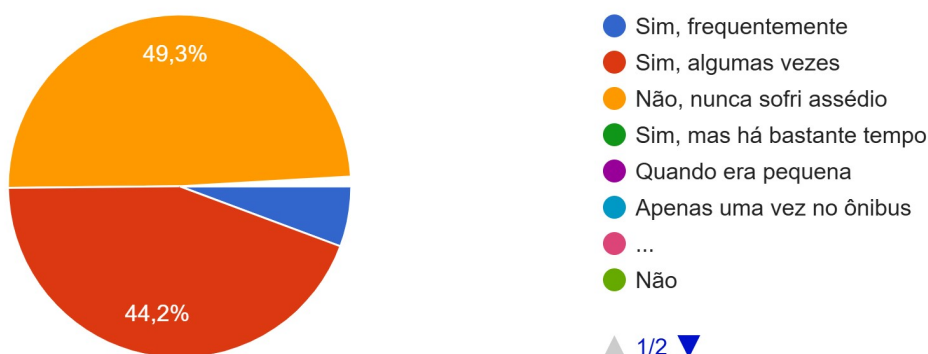
O assédio sexual em espaços públicos é uma realidade amplamente vivida pelas mulheres do Guarujá, revelando uma dimensão cotidiana da violência de gênero que impacta diretamente a liberdade e o bem-estar feminino. De acordo com a pesquisa, 49,3% das mulheres afirmaram ter sido assediadas frequentemente e outras 44,2% disseram já ter passado por essa experiência algumas vezes. Ou seja, mais de 93% das entrevistadas relataram algum tipo de assédio em ambientes públicos.

Esse dado é alarmante e demonstra que o espaço urbano, que deveria ser um lugar de circulação segura e acessível, frequentemente se transforma em um cenário de intimidação, medo e constrangimento para as mulheres. O assédio — muitas vezes naturalizado como “brincadeira” ou “elogio” — é, na verdade, uma forma de violência que restringe o direito das mulheres à cidade e à livre circulação.

A recorrência dessas práticas revela a urgência de medidas efetivas de enfrentamento: é necessário investir em campanhas educativas permanentes, ações de prevenção nas escolas, formação de profissionais de segurança pública e implementação de canais acessíveis para denúncia. Além disso, o assédio deve ser tratado como questão de política urbana e de segurança pública, com a presença de patrulhas comunitárias, iluminação adequada em vias públicas e maior fiscalização em pontos de transporte coletivo.

JÁ SOFREU ASSÉDIO EM ESPAÇOS PÚBLICOS?

1.003 respostas





SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA GRUPO DE TRABALHO - PMPM GUARUJÁ

8. Transporte e Mobilidade

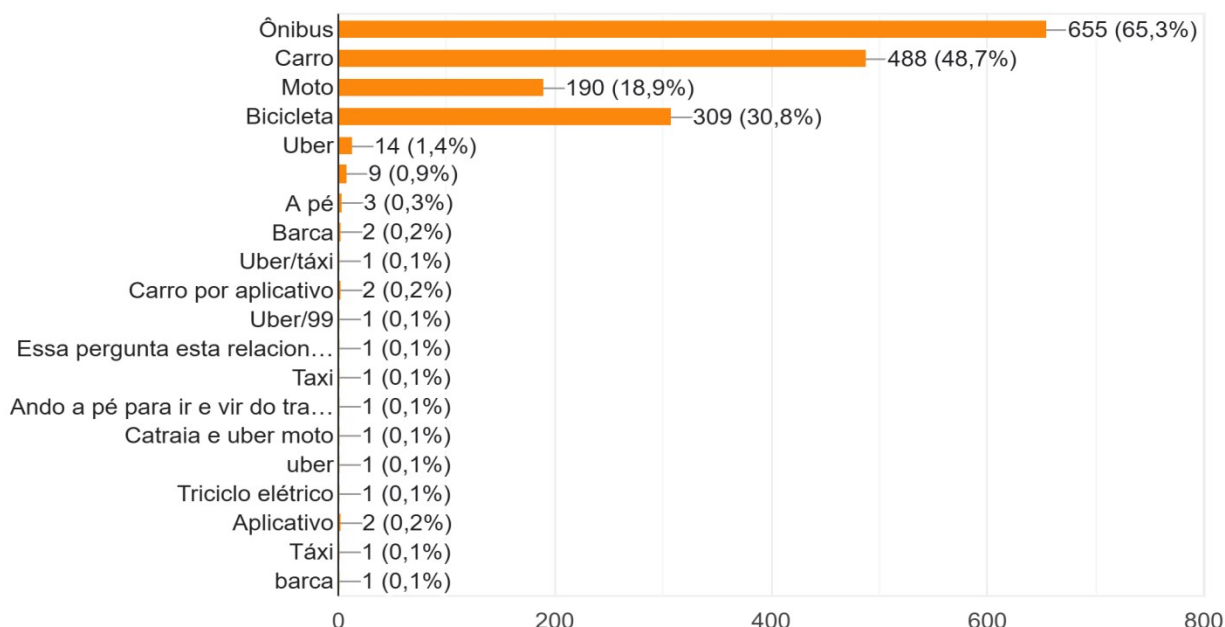
O transporte urbano é um elemento essencial para a autonomia das mulheres e seu acesso a direitos básicos como saúde, educação, lazer e trabalho. Na pesquisa, observou-se que o ônibus é o principal meio de transporte utilizado pelas mulheres (65,3%), seguido por carro (48,7%) e deslocamento a pé (30,8%). O uso de aplicativos de mobilidade, como Uber e 99, também foi citado, mas com menor frequência.

A dependência do transporte público reforça a necessidade de garantir segurança, conforto e eficiência nos deslocamentos urbanos. Mulheres que dependem exclusivamente do transporte coletivo estão mais expostas a situações de violência, assédio e à precariedade dos serviços.

Além disso, a mobilidade é um fator crítico na busca por serviços de saúde e proteção contra a violência. Mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas com filhos, relatam dificuldades adicionais para acessar serviços públicos devido à má qualidade do transporte e à ausência de linhas ou horários adequados.

TRANSPORTE

1 003 respostas



9. Propostas e Recomendações

A partir da análise dos dados apresentados, no campo final de observação, diversos pontos foram abordados, obtendo-se destaque aos pontos mais abordados:

1. Ampliação e fortalecimento da rede de saúde da mulher com equipes especializadas;
2. Criação de casas de apoio e acolhimento com funcionamento 24h;
3. Programas de capacitação e inclusão produtiva com foco em mulheres de baixa renda;
4. Campanhas de comunicação permanentes sobre os direitos das mulheres e canais de denúncia;
5. Implantação de patrulhas de proteção à mulher e policiamento comunitário em regiões críticas;
6. Incentivo à participação das mulheres nos conselhos municipais e espaços de decisão;
7. Formação continuada de agentes públicos sobre violência de gênero e acolhimento humanizado;
8. Delegacia da Mulher 24h, com atendimento humanizado;
9. Maior apoio para as mulheres empreendedoras;
10. Melhor atendimento a saúde da mulher.



10. Considerações Finais

Esta pesquisa revela um retrato fiel e urgente da realidade das mulheres do Guarujá. Os dados demonstram que, apesar de avanços pontuais, persistem desigualdades estruturais que impedem o pleno exercício da cidadania feminina. Cabe ao poder público, em parceria com a sociedade civil, desenvolver políticas públicas de forma integrada, participativa e sensível às especificidades das mulheres no território.

Realizada com mais de mil mulheres no município do Guarujá, a pesquisa apresenta um panorama profundo e realista das vivências femininas na cidade. Os dados revelam demandas urgentes e estruturais que exigem a atenção do poder público para que se garanta o direito à igualdade, à dignidade, à segurança e à oportunidade para todas as mulheres.

O fato de que 33,2% das entrevistadas afirmam ter sofrido algum tipo de violência evidencia a permanência de um cenário de vulnerabilidade, especialmente quando associado ao dado de que 70,6% evitam sair sozinhas à noite ou já foram ameaçadas e abordadas nas ruas. Isso demonstra como a cidade ainda não é plenamente segura para suas cidadãs, comprometendo seu bem-estar e restringindo sua liberdade.

Além disso, 52,9% das mulheres se autodeclararam negras ou pardas, o que reforça a urgência de políticas públicas com recorte racial. Mulheres negras enfrentam barreiras adicionais impostas pelo racismo estrutural, sendo, muitas vezes, as mais afetadas pela violência, pelo desemprego e pela invisibilidade institucional. Sem um olhar interseccional — que compreenda que gênero e raça caminham juntos —, não é possível alcançar a verdadeira equidade.

A realidade socioeconômica também precisa ser considerada. 24,4% das mulheres atuam como empreendedoras ou autônomas, demonstrando força e iniciativa para gerar sua própria renda. Esse dado aponta para o enorme potencial do empreendedorismo feminino como motor da economia local, mas também mostra que muitas mulheres seguem à margem das oportunidades formais. Enquanto isso, 9,6% estão desempregadas, reforçando a necessidade de ações efetivas de geração de trabalho e renda.

Essa pesquisa é o primeiro passo. A escuta ativa das mulheres deve ser permanente, e suas vozes precisam ser traduzidas em ações concretas, integradas e transformadoras. Só assim será possível construir um Guarujá verdadeiramente mais justo, igualitário e comprometido com os direitos de todas as suas mulheres.

Grupo de Trabalho PMPM Guarujá